

**PROJETO CATÁLOGO GERAL DOS MANUSCRITOS AVULSOS E EM  
CÓDICOS REFERENTES À HISTÓRIA INDÍGENA E ESCRAVIDÃO NEGRA  
NO BRASIL: NOVOS OLHARES SOBRE A DIÁSPORA E ESCRAVIDÃO NO  
BRASIL COLÔNIA**

Eulina Souto Dias  
Graduanda História IFCG  
Harriet Karolina Galdino dos Santos  
Mestranda História UFCG  
Josinaldo Souza de Queiroz  
Graduando História UFCG  
Nita Keoma Lustosa  
Graduanda História UFCG  
Dra. Juciene Ricarte Apolinário  
Departamento de História - UFCG

Em 1992, sob a coordenação da Doutora Esther Caldas Bertolletti, financiada pelo MINC, contando com uma vasta equipe de pesquisadores, arquivistas, paleógrafos e historiadores em sua maioria brasileiros, mas também estrangeiros de Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda; surge o *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior*, conhecido popularmente como “Projeto Resgate” com objetivos específicos de preservar e tornar possível a acessibilidade referente aos documentos de interesse do Brasil e outros países que mantiveram relações com Portugal no período colonial.

Os esforços por parte da equipe técnica que realizaram o trabalho no próprio Arquivo Histórico Ultramarino resultaram no levantamento, identificação, leitura, elaboração dos resumos (verbetes) e por fim, microfilmagem e digitalização dos documentos. Em sua essência, o Projeto resgate é de cunho internacional, possibilitando a cooperação arquivística entre Brasil e Portugal. Dentro desse contexto, o Projeto Resgate facilitou e expandiu o acesso aos documentos existentes do AHU, representando um grande feito no que se refere a novas possibilidades no tocante às pesquisas documentais voltadas para o período colonial da história do Brasil. Através de toda a sistemática, divisões e subdivisões dos documentos por capitânias trouxe a tona novas descobertas e muitas outras ainda a serem feitas, possibilitando graduandos, graduados, pós-graduados e outrem a terem novos olhares e novas perspectivas referentes à nossa história.

Através do “Projeto Resgate”, vários outros projetos vêm despontando, com uma roupagem ora mais abrangente ora composta por uma estrutura mais específica ou temática, atuando como um agente facilitador da pesquisa documental, como é o caso do nosso projeto intitulado de *Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil* que se encontra em andamento em Campina Grande- PB, coordenado pela Prof. Dra. Juciene Ricarte Apolinário.

O projeto de âmbito nacional está sendo realizado pela Fundação Parque Tecnológico- PaqTcPB em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, aprovado no Edital da Petrobrás cultural-2010 e pela lei de incentivo a cultura do MINC. O projeto objetiva publicar dois catálogos referentes às temáticas de História Indígena e Escravidão Negra no Brasil Colonial. Além dos volumes impressos o material também será disponibilizado em DVD, onde os mesmos armazenarão imagens dos documentos arrolados. A distribuição dar-se-á por todo o Brasil, corroborando com um dos pontos principais do projeto: acessibilidade.

Memória e História caminham de mãos dadas na construção da cidadania e identidade, afloram o sentimento de pertença e fortalecem os indivíduos ligados aos grupos étnicos. O projeto visa instigar não só homens e mulheres negras e indígenas, como pesquisadores e a população em geral a fazer o exercício de olhar para o “outro” e para “si”, reconhecendo que, em meio às diferenças, vários povos aqui conviveram e resistiram, promovendo um processo de transculturação que nos rege de uma forma tão “invisível” que nos passa despercebido.

Os inúmeros documentos microfilmados e digitalizados pelo Projeto Barão do Rio Branco estão sendo revisados pela equipe técnica do Projeto de Catálogo Geral dos Manuscritos e em Códices referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil para a organização dos catálogos. Esses vários documentos, trazem os mais diversificados assuntos, desde cartas administrativas a proibições de cultos e práticas Afro-religiosas em diversas partes do Brasil no período colonial. Como dito antes, o arrolamento destes documentos possibilitará aos pesquisadores novas descobertas, contribuirá para o aumento da autoestima de ambos os grupos étnicos além de abonar vez aos sujeitos históricos que no passado foram deixados à margem na historiografia.

O resultado final do projeto beneficiará universidades públicas e arquivos históricos entre outros espaços espalhados no território brasileiro. Todos os verbetes catalogados serão impressos e também disponibilizados em mídia digital, cada

qual com seu resumo e com áudio possibilitando aos deficientes visuais o acesso as diversas fontes das referidas temáticas.

Foram selecionados para o projeto por meio de prova escrita e entrevista oral graduandos, graduados, mestrandos e mestres totalizando trinta e duas pessoas para a realização do arrolamento dos verbetes e captura dos documentos em CD, eventos e a produção final do projeto que se incidirá com os catálogos em DVD e impressos. A metodologia usada para o trabalho de caráter técnico vem sendo realizado sob as orientações da coordenadora geral do projeto, através da leitura profunda de todos os documentos, busca sistemáticas por palavras-chaves e leituras dirigidas as temáticas indígena e negra. O projeto que teve início em janeiro de 2012 e nessa sua primeira etapa, ele já visualiza novas rotas comerciais que tinham como pratica o tráfico negreiro, a condição do homem e da mulher negra na sociedade do período colonial, suas vivências e o cotidiano.

Aqui nos propomos a dialogar sobre a Diáspora Africana e suas características mais marcantes. Para compreender o que foi a diáspora africana, antes de tudo, faz-se necessário regressarmos ao século XV, quando os portugueses cruzaram o cabo Bojador e abriram caminho para a exploração da costa da África subsaariana. Através do tráfico negreiro foi criada uma rede comercial planetária e um dos maiores deslocamentos populacionais da história da humanidade.

A escravidão não era novidade na África, porém só após a chegada dos europeus que esse sistema escravista foi mercantilizado, desse modo, alguns grupos africanos passaram a fazer guerras no desígnio de capturar escravos para o comércio europeu e essa mudança entre – o escravo presa de guerra, para o escravo mercadoria – gerou um grande desequilíbrio nas sociedades africanas, que passou a escravizar para fornecer para o tráfico.

O trabalho forçado dos africanos começou a se difundir, de fato, após a conquista das ilhas do atlântico, tendo sido implantado em São Tomé o primeiro modelo de exploração mercantilista. Após a conquista da América, houve um proeminente aumento na demanda por escravos e por volta do século XVII o tráfico transatlântico já havia se transformado em uma indústria que estava crescendo permanentemente e na iminência de atingir seu ápice, o que de fato ocorreu no século seguinte.

O comércio negreiro teve um desenfreado impulso após a conquista e colonização da América. Na África Ocidental, encontrava-se o principal pólo de

exportação de mão-de-obra escrava, essa área era responsável por 60% das exportações e nela havia a região da Senegâmbia que representava a principal fonte de venda de africanos cativos. Até então, os portugueses predominantemente detinham o controle dessa mercantilização do sistema escravista, contudo, na segunda metade do século XVI começaram a surgir seus primeiros reais competidores, que foram os ingleses, os quais vivenciaram uma veloz expansão marítima após a Reforma Anglicana.

Nas colônias britânicas, holandesas e colônia portuguesa, foi desenvolvido um sistema que recebeu o nome de plantation, baseado no trabalho escravo e na produção de um único produto para exportação. Nessa época de grande vitalidade dos engenhos brasileiros, houve um desmesurado aumento na procura por escravos, dessa forma, no século XVII os europeus importaram uma quantidade exorbitante desses servos para trabalhar em suas terras. Dentro desse contexto, os holandeses também passaram a se destacar no cenário do comércio negreiro, no entanto, é no século XVIII que podemos observar o ápice do tráfico, ressaltando que nesse período, o Brasil vivia o ciclo da mineração e isso conseqüentemente ocasionou uma maior demanda de escravos para a extração do ouro nas Minas Gerais.

Os escravos vendidos no tráfico vinham de diversas partes do interior da África, ao chegar à costa, os comerciantes do interior entregavam os escravos aos intermediários do tráfico, que negociavam diretamente com os capitães dos navios negreiros. No decorrer desse período das negociações, os escravos permaneciam presos nas fortalezas, feitorias ou quintais de propriedade dos intermediários. É possível ver que durante séculos foi organizado esse comércio de seres humanos nos três cantos do Atlântico, envolvendo mercadorias, riscos e interesses.

Através dessa pungente atividade, que foi o tráfico transatlântico de escravos, pode ser observado que a África foi ponto de partida para a saga que levou milhões de africanos a transformar o Novo Mundo. O Brasil, por exemplo, recebeu escravos provenientes de mais de uma centena de povos africanos; os vários grupos iorubás estão entre os que podem ser citados como aqueles que tiveram uma grande importância na formação brasileira, todavia, eles foram apenas parte, dentre os grupos que compunham os povos vindos de quase toda a África Subsaariana.

Chegando ao Brasil, os africanos foram os primeiros a trabalhar na metalurgia de ferro, mas eles não se restringiam a serem pioneiros apenas nesse setor,

como também trouxeram com eles as técnicas da bateia, que serviam para separar o ouro dos outros materiais e, de escavação de minas. Alguns eram bons ourives e outros sabiam como criar o gado fora dos estábulos, soltos no campo e, dessa forma, foram multiplicando e fazendo algo semelhante às savanas que eles haviam deixado na África. Onde era possível, eles aplicavam os seus saberes no cultivo de arroz do Maranhão; ademais, trouxeram para o país muitos vegetais, como o dendê, a malagueta, o maxixe e o quiabo, básicos na cozinha brasileira, que foram enriquecidos junto a outras comidas.

A escravidão negra caracterizava-se pela exploração do sujeito, visto por vezes como “inferiores culturalmente e etnicamente”, inúmeros grupos étnicos foram subjugados à condição de objeto de comércio, bem de troca, força de trabalho. Os escravos eram tidos como propriedade, não tendo direito a agir da forma que lhe conviesse, estando quase sempre à disposição do seu senhor. Não podiam casar sem a permissão e a indicação de uma esposa pelo seu senhor, e seus rebentos em sua maioria não eram legitimados, estes passavam a ser de posse do senhor. Quase sempre a condição de escravo era hereditária, e por fim a escravidão era estritamente ligada à violência, segundo Lovejoy:

Aqueles que nasciam na escravidão se achavam numa posição diferente daqueles que tinham sido escravizados, pois o ato inicial de violência não existia... Em ambos os casos, além disso, a violência inerente à escravidão afetava a psicologia dos escravos. O conhecimento dos horrores da escravização e o medo da ação arbitrária produziam nos escravos tanto uma psicologia de servidão quanto o potencial para a rebelião<sup>1</sup>.

Essas características foram importantes na diferenciação entre a escravidão e outras formas similares de subserviência.

Os senhores tinham total direito sobre seus escravos e as instituições, religiosas ou não, não os protegiam. Apesar de serem tratados como mercadorias ocorriam algumas restrições no que se refere a sua venda como afirma Lovejoy. Os cativos desempenhavam os mais variados tipos de trabalho na economia da sociedade colonial, desde atividades leves quase sempre ligadas ao ambiente da casa, até as mais pesadas e perigosas.

É possível perceber que a história do negro no Brasil e a formação da nação brasileira confundem-se entre si, por séculos foram esses homens e mulheres negros o sustentáculo de nossa economia, porém, no momento de divisão dessas

riquezas, eles acabaram marginalizados, verdadeiramente excluídos. A contribuição do negro não se restringiu apenas ao trabalho por eles executado, há também uma forte influência cultural, ocasionada pela mistura entre a cultura que começava a se formar nessa nova nação e a que era inerente a cada africano que era trazido.

Foi através de um fenômeno sociocultural e histórico, de imigração forçada com fins escravagistas mercantis, que se deu a diáspora negra. Esse processo de tráfico de escravos, que no Brasil se iniciou no século XVI, só interrompido na segunda metade do século XIX, sua descontinuação coincidiu com o desenvolvimento do capital industrial e a crise do sistema colonial tradicional. O comércio entre Europa, África e América, transferiu para as colônias do Novo Mundo de oito a quinze milhões de africanos, vendidos como escravos no decorrer de mais de três séculos – período em que o tráfico de escravos era vigente e eles eram transportados para as colônias espanholas, inglesas, francesas, portuguesas, holandesas e para o resto do continente americano.

O tráfico foi responsável por lutas entre povos africanos, pois eles escravizavam uns aos outros para negociar com os agenciadores, ademais o tráfico também foi incumbido das guerras intermináveis entre nações europeias que disputavam o controle das rotas comerciais no território africano. Enquanto esse comércio de seres humanos contribuía para o desenvolvimento econômico em algumas partes do mundo, concomitante a isso, a África sofria um forte esfacelamento em sua economia e na sociedade, ocorrido como consequência das guerras e do tráfico de escravos.

Segundo Lovejoy, houve um aumento considerável e bastante diversificado, na demanda por escravos, dessa forma, foi produzida uma nova força, capaz de mudar a escravidão antes presente na expansão islâmica.

Assim, uma importante consequência do comércio europeu foi a consolidação de uma forma não mulçumana de escravidão. A escravidão sofreu uma transformação, de características marginais da sociedade para uma importante instituição<sup>ii</sup>.

Relacionada estritamente com as áreas não mulçumanas, a escravidão e o comércio de exportação, tinha em sua base políticos e comerciantes que alimentavam e firmavam novas possibilidades no uso dos escravos em outras palavras os homens e mulheres apresados serviriam para tarefas agrícolas, na mineração de ouro e plantação

de bens. Em muitos lugares a utilização dos escravos em determinados setores tornaram-se essenciais não é a toa que muitos foram considerados os mestres da mineralogia, da agricultura tropical e os mestres da criação de gado extensivo no Brasil<sup>iii</sup>. Reis também evidencia a importância (ou seria dependência?) da sociedade escravista do Brasil no sec. XIX através de alguns relatos de cartas pessoais e administrativas onde o assunto principal era o montante de escravos e as várias funções que estes desempenhavam mostrando a dependência que os senhores de engenhos, fidalgos e outros tinham de seus cativos.

O islamismo e o mercado europeu tiveram grande impacto no rumo que a escravidão seguia, aliás, não apenas o islamismo e o mercado, mas também várias condições políticas resultantes de um novo ambiente que ali se formara. A dinâmica criada pela escravidão trás a tona as mudanças surgidas com base nas sociedades escravocratas colocando a África nas redes de relações internacionais. Essa rede de relações internacionais mostra o impacto da escravização na África, segundo os dados de ELBL (1997) mais de 11 milhões de escravos, totalizando um percentual de 100% de 1450 – 1900 deixaram a África durante o espaço-tempo assinalado.

O que ocorria de fato com relação à escravidão no continente africano era bem diferente da que se tornou conhecida. Não se escravizava um irmão, mas sim um inimigo. Essa prática era de interesse do mercado externo que se aproveitava da situação para comprar os homens, mulheres e crianças escravizadas durante as guerras que ali aconteciam. A conexão entre a África e as Américas, estas que tinham a escravidão como instituições e totalmente diferente da que se encontrava na África, revelava que o escravismo na África possibilitou uma transformação na economia advindo da mão de obra escrava. Fica evidente que a expansão do sistema escravista aumentou as rotas comerciais de tráfico negreiro, o aumento da demanda de compra destes sujeitos, e em consequência uma nova dinâmica que envolvia não só a África, mas sim boa parte do globo.

As críticas ao tráfico e à escravidão na América portuguesa, só começaram a aparecer em fins do século XVIII, por meio de conspirações e revoltas em favor da independência. Começaram a serem publicados textos que tinham o desígnio de influenciar a opinião das elites brasileiras com ideias abolicionistas e emancipadoras, porém as camadas dominantes permaneciam indiferentes ou hostis à discussão desse problema. Até que então, medidas práticas que visavam abolir o tráfico de escravos, começaram a ser discutidas alguns anos depois que o príncipe D. João transferiu a corte

portuguesa para o Brasil, com o auxílio da Inglaterra, ao fugir da invasão das tropas napoleônicas em Portugal. Desse momento em diante, foram firmados alguns acordos com o governo inglês e entre eles estava um no qual o monarca português se comprometeu em considerar a extinção do tráfico de escravos.

Alguns autores consideram que a perseguição inglesa foi o fator primordial para a abolição do tráfico no Brasil. Só em 1850 que o governo brasileiro enfim, decretou de fato, uma lei que impedisse o tráfico, entretanto, vários anos se passaram até que houvesse uma interrupção definitiva. No decorrer dessa década, foram registradas inúmeras denúncias em vários pontos do país, mas a essa altura os preços dos escravos já tinham dobrado e o tráfico interno, das cidades para o campo e da regiões decadentes para as mais produtivas, substituíra o tráfico transatlântico. O sistema escravista recebeu um golpe mortal com o colapso do tráfico, porém esse colapso não simbolizou o fim da escravidão, pois ainda houve mais de trinta anos de luta para que ela fosse finalmente abolida.

Em treze de maio de mil oitocentos e oitenta e oito, através da lei Áurea, a liberdade dos negros simbolicamente foi alcançada, todavia, os negros continuaram a ter uma vida difícil, tinham em mãos uma carta de alforria, mas precisaram conviver com o preconceito oriundo das outras camadas sociais, com a falta de oportunidades para que fossem integrados no mercado de trabalho, com as inúmeras dificuldades para conseguir manter uma vida com o mínimo de condições necessárias.

---

<sup>i</sup> LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. . Pg. 36.

<sup>ii</sup> Idem p. 52

## **Referências**

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. – Civilização Brasileira; Rio de Janeiro: 2002.

MOURA, Clovis. **A história do negro brasileiro**. Editora Ática. São Paulo



Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

---

Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 7/ Nº 78/ março de 2012.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5/ Nº 54/ março de 2010.